



Prefeitura de São Paulo projeta folia com 15 milhões de pessoas e sem restrições; no Rio de Janeiro, a ideia é desobrigar o uso da proteção bem antes, a partir do dia 15 deste mês, em locais abertos e sem aglomeração. Especialistas pedem mais cuidado em espaços fechados

Capitais do país querem carnaval sem máscara

» GABRIELA BERNARDES*
» GABRIELA CHABALGOITY*

Com o avanço da cobertura vacinal no Brasil, cidades com os maiores carnavais do país, como Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Recife já avaliam a realização do evento em 2022. Na capital paulista, a prefeitura do estado informou ontem que autorizou a São Paulo Turismo (SPTuris) a dar início às medidas administrativas e aos preparativos para a realização dos desfiles das escolas de samba e outros detalhes do carnaval de rua. No Rio, bem antes de liberar a folia, será desobrigado o uso da máscara de proteção. A ideia é que a medida passe a valer a partir do dia 15 deste mês, em locais abertos e sem aglomeração. Se confirmada, fará parte da segunda etapa do Plano de Flexibilização e terá como premissa que 65% da população carioca esteja com o esquema vacinal completo. Atualmente, a população total que já tomou a segunda dose ou dose única é de 56%. Para espe-

cialistas, é preciso cautela e que se aumente a fiscalização do uso da máscara em ambientes fechados.

Mesmo com a pandemia ainda em curso, a gestão Ricardo Nunes (MDB) projeta que os números da covid-19 estarão em baixa daqui a quatro meses em São Paulo, permitindo a repetição do público de 2020, de 15 milhões de pessoas. O secretário municipal da Saúde de SP, Edson Aparecido, destacou que a realização do evento dependerá da situação da pandemia no início de 2022. Na avaliação dele, o maior risco seria o surgimento preocupante de uma variante que pudesse gerar um "impacto sanitário grande", como foi com o avanço da P.1, originalmente identificada em Manaus. "Neste momento, iniciamos o planejamento do evento (com a publicação de editais; uma comissão planeja o evento desde julho). A sua realização dependerá do quadro sanitário do ano que vem", afirmou. De acordo com a pasta, 82% dos paulistanos já tomaram a segunda dose da vacina contra covid-19 ou a dose única.

Aparecido e outros secretários presentes na coletiva admitiram que é inviável ter um controle sanitário da covid-19 em um evento deste porte. Questionado sobre o assunto, o secretário destacou a redução nos números de óbitos e internações, além de estimar que 90% da população paulistana estará com o esquema vacinal completo (duas doses ou a vacina de dose única) até 15 de outubro, número que chegaria perto de 100% até o fim do mês. "A cidade está muito próxima do controle da pandemia."

E admitiu que seria inviável haver um controle de vacinados entre o público. "Em um evento desta natureza, de grande participação popular, é evidente que fica muito difícil ter controle de apresentação de comprovação vacinal."

No Rio, o comitê científico da Secretaria de Saúde se reuniu para avaliar a possibilidade de realização do carnaval. Segundo le-



vantamento da Fundação Getúlio Vargas, a festa gera 36 mil empregos diretos e indiretos apenas nos cinco dias que compõem a realização dos desfiles no Sambódromo. O estado tem promovido "eventos testes", com a presença de até 5 mil pessoas sem

máscaras, que ajudaram a entender os riscos.

"A Prefeitura do Rio trabalha para que tanto o Réveillon quanto o carnaval ocorram em sua plenitude sem a necessidade de qualquer medida restritiva. Mas somente será possível realizá-los desta maneira com a população vacinada e a pandemia controlada", informou em nota.

No domingo, o prefeito Eduardo Paes (PSD) disse que a ciência vem permitindo a reabertura da cidade e que não há necessidade da população ser "viúva da pandemia". "Quem vai ficar fazendo distanciamento no carnaval? Fica até ridículo, pedindo um me-

tro de distância. Se tivesse, eu seria o primeiro a desrespeitar", brincou o prefeito.

Fiscalização

O infectologista Julival Ribeiro lembrou, em entrevista ao **Correio**, que a máscara é uma das medidas preventivas mais efetivas na transmissão do coronavírus. "Se abolirmos o uso de máscara em áreas públicas, bem ventiladas, eu espero que aumentem a fiscalização em ambientes fechados, sem ventilação e aglomerados", destacou o especialista. "Para retirar a obrigação do uso, você tem que analisar alguns indicadores, por exemplo, quanto da população está completamente vacinada, como está o número de casos novos e o número de mortes", condicionou o membro da Sociedade Brasileira de Infectologia.

Para o membro do Observatório da Covid-19 no Brasil, Vitor Mori, a liberação do uso de máscaras pode, sim, ocorrer em espaços abertos. "Não acho que seja uma medida absurda. As evidências su-

gerem que menos de 1% da transmissão acontece ao ar livre", pontuou. Ele reforça, contudo, a preocupação de Julival. "Me preocupa muito mais a falta de controle e fiscalização em espaços fechados. É fundamental que, junto com essas flexibilizações, tenhamos mais fiscalização em espaços fechados", escreveu nas redes sociais.

Mori defende, inclusive, a exigência de máscaras mais seguras, "eventualmente, até fornecendo e exigindo PFF2 nesses ambientes (fechados). Isso seria um incentivo para as pessoas ficarem ao ar livre, já que máscaras não seriam mais obrigatórias". Segundo ele, "faz muito pouco sentido a pessoa estar usando uma mesma máscara, de baixa qualidade e toda folgada, em espaço aberto e fechado. Por isso, é imprescindível que, junto com as flexibilizações, também tenham campanhas de comunicação explicando os diferentes riscos em cada espaço", argumentou o especialista.

*Estagiárias sob a supervisão de Andreia Castro

'Natureza humana', diz Queiroga sobre gesto obscuro

Agência Brasil/Reprodução



Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga comentou, ontem, sobre o gesto de ter mostrado o dedo do meio para manifestantes que protestavam contra o governo brasileiro em Nova York no mês passado, aos gritos de "Fora Bolsonaro" e "genocida". De dentro de uma van, o ministro fez o gesto em direção ao grupo e as imagens do momento viralizaram nas redes sociais. Ao ser questionado sobre a atitude por jornalistas, o ministro

afirmou que "é da natureza humana existirem falhas". "Naturalmente, nós somos humanos, e é da natureza humana existirem falhas. Tem até aquela parábola clássica da Bíblia, que Jesus fez um risco no chão e disse: 'Aqui, quem não tiver pecado, atire a primeira pedra'. Então, vamos continuar trabalhando pelo Brasil, para ajudar o nosso país a sair dessa crise sanitária", justificou Queiroga na chegada ao ministério.

Contrato com CoronaVac ameaçado

» MARIA EDUARDA CARDIM
» GABRIELA BERNARDES*

De volta ao trabalho após se manter em quarentena com covid-19 em Nova York, o ministro Marcelo Queiroga condicionou a realização de um novo contrato de compra da vacina CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan, à aprovação de uso definitivo do imunizante pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). De acordo com o ministro, a vacina da Janssen também seguirá o mesmo processo.

"Nós tínhamos uma emergência sanitária, essas vacinas foram feitas em tempo recorde e, no primeiro momento, a Anvisa concedeu um registro emergencial, não só à CoronaVac, como para vacina da Janssen também. Se quer entrar no calendário nacional de imunização do Brasil, vai ter que solicitar o registro definitivo", dis-

se em entrevista a jornalistas na entrada do ministério. Ainda segundo ele, uma vez que a agência reguladora conceda o registro definitivo, a pasta poderá considerar qualquer vacina para o Programa Nacional de Imunizações (PNI).

O ministro reconheceu que há "dificuldades orçamentárias" e, por isso, disse que quanto mais oferta de imunizantes, mais chances de o preço cair. "Nós temos dificuldades orçamentárias e isso não é surpresa para ninguém. Nós temos que vencer isso juntos com união nacional para superar esses problemas, com o poder Executivo, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal de Contas da União (TCU)", ressaltou.

Apesar de falar na possibilidade de se vacinar novamente contra a covid-19 a população brasileira no próximo ano, Queiroga ponderou que o assunto ainda es-

tá sendo debatido pelo Comitê Técnico Assessor de Imunizações (CTAI). "Vamos caminhar com o planejamento da campanha em 2022. Na realidade, todos os países do mundo não sabem ainda ao certo qual é a melhor estratégia, mas temos alguns caminhos que estamos discutindo com o grupo técnico, com a CTAI, e, assim que tivermos essa posição definida, vamos passar para vocês", disse.

De acordo com Queiroga, até o fim do ano, o Brasil ainda deve receber 100 milhões de vacinas da Pfizer, mais de 30 milhões de unidades da Janssen, além de doses do consórcio Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de vacinas da AstraZeneca, produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Brasil.

*Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro

Escolha a
ESCOLA
DO SEU
FILHO

“
PAPO COM
ESPECIALISTA
”

**AMANHÃ,
ÀS 18H**



ACOMPANHE AO VIVO
NO SITE E REDES
SOCIAIS DO CORREIO

TEMA: **ESCOLA: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, SOCIAL, EMOCIONAL E PSICOLÓGICO**



CONVIDADA
Ana Elisa Dumont
Presidente SINEPE/DF



MEDIAÇÃO
Carmen Souza
Subeditora de Saúde, Ciência e Tecnologia do Correio Braziliense

Apresentado por:



Realização:

CORREIO BRAZILIENSE